

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. V. 2. Cap. 2: Sobre a sociogênese do Estado, p. 87-190.

*Aula preparada por Antônio Luiz Arquetti Faraco Jr.*

**ALERTA:**

A leitura desta aula não dispensa a leitura do texto, devendo a mesma ser usada como recurso didático auxiliar na compreensão do assunto tratado e como recurso que amplia o tempo de discussão do assunto em sala de aula, uma vez que pode evitar a necessidade de se fazer anotações no quadro e de se utilizar recursos visuais outros.

### ***I. O Primeiro Estágio da Monarquia Nascente: Competição e Monopolização no Contexto Territorial***

Nesta primeira parte do capítulo 2, o autor partirá de um quadro marcado pela pulverização do poder, no feudalismo, para demonstrar como a competição por terras (poder) vai acarretar num processo de monopolização que permitirá, mais tarde, a formação do Estado moderno. O autor se concentrará no estudo do caso Francês, por achar ali as condições nas quais o Estado moderno desenvolveu-se plenamente.

Sempre que falamos em Rei imaginamos alguém que concentra a maior fatia de poder. Na verdade, a história política nos mostra que esta imagem não corresponde sempre a realidade. O autor vai lembrar que a função e a importância do Rei vão variar de acordo com a fase do desenvolvimento social (histórico). Por exemplo: na época das invasões bárbaras na Europa, o Rei tinha o papel de chefe militar contra inimigos externos, depois que estas invasões cessaram o Rei perde importância, tornando extremamente precário seu poder monopolista, mesmo dentro de seu próprio território hereditário, que era disputado por senhores rivais ou famílias de guerreiros. Neste período, vemos avançar o feudalismo, a descentralização do poder. O trecho abaixo ilustra bem como o Rei era visto no Império Franco do Ocidente (França) do início do séc. XII, uma época em que os nobres quase não eram mais ameaçados por inimigos externos:

“Os grupos feudais de primeira categoria... conduziam-se como Estados independentes, impermeáveis à influência do rei e, mais ainda, aos seus atos. As relações entre os grandes senhores feudais e os monarcas estavam reduzidas ao mínimo. Essa mudança refletia-se até nos títulos oficiais. Os príncipes feudais do século XII deixaram de se denominar ‘comtes du Roi’ ou ‘comtes du royaume’”. (ELIAS, 1993: 87)

Nesta época, o Rei era visto apenas como mais um senhor feudal e limitava-se a fazer o que era feito por outros senhores: concentrar e consolidar suas posses, tentando ampliar seu poder na região que controlava. A disputa por terras era intensa e a posição do Rei não era privilegiada dada a escassez de meios de poder a sua disposição, o que fazia com que senhores de porte médio e mesmo pequeno, desde que unidos, pudessem enfrentá-lo com sucesso. O baixo grau de integração econômica, os transportes e comunicações precários e as limitações da organização militar feudal dificultaram a luta do “soberano” para conquistar um monopólio de poder mesmo no interior de uma pequena área.

Para ilustrar como se deu a competição por terras entre senhores feudais o autor cita o exemplo de

Luís VI (Capeto), Rei da França, que lutou, com apoio da Igreja, contra as Casas de Montmorency, Beaumont, Rochefort, Montlhéry, Ferté-Alais, Puiset e muitas outras, para ampliar seus domínios. Nesta luta os Capeto tiveram êxito, apesar da mínima diferença entre seus meios militares e financeiros e de seus adversários. Somente o vencedor dessas batalhas poderia alcançar uma espécie de posição monopolista no território, a salvo da concorrência das demais Casas.

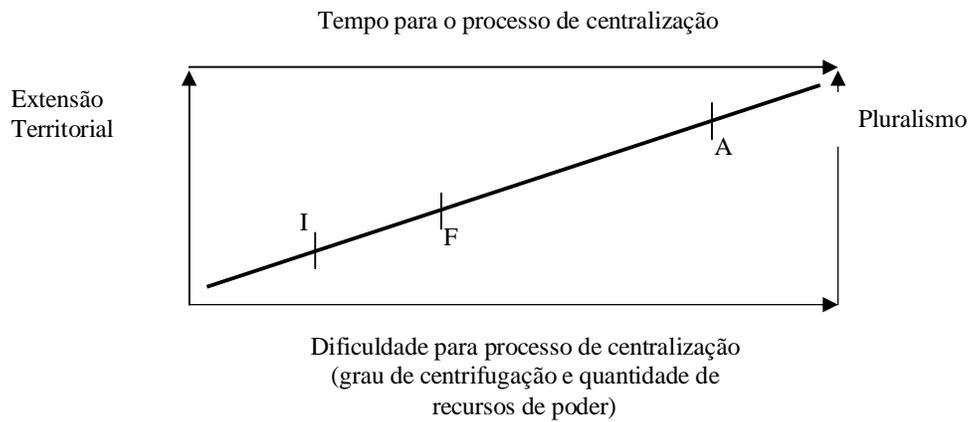
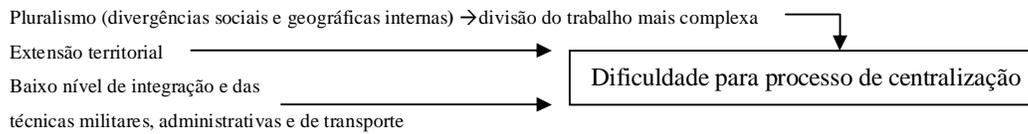
Campanhas como as empreendidas por Luís VI contra outros senhores feudais, dentro de um único território, representaram os primeiros passos para a posterior consolidação da posição monopolista da monarquia. No início, a Casa Real se equiparava às Casas feudais ao seu redor, em termos de propriedade de terras e poder militar e econômico. Mais tarde, através de casamentos, compra ou conquista, uma dessas Casas acumulava cada vez mais terras e obtinha preponderância sobre os vizinhos. O fato de ter sido a Casa Real que conseguiu a primazia na França talvez estivesse ligado às qualidades pessoais de seus representantes, ao apoio da Igreja, e a certo prestígio tradicional. Mas a luta por terras se deu também entre guerreiros, na mesma ocasião e em outros territórios. A lógica era a mesma, beneficiando algumas grandes famílias de cavaleiros, em detrimento de muitas outras de porte médio e pequeno. Em todos os territórios, cedo ou tarde uma família conseguia, acumulando terras, alcançar uma hegemonia.

Mas por quê todos estavam atrás de terras? **A lógica subjacente a esta luta por terras é a seguinte: na estrutura social de então, a propriedade familiar e o controle da estreita área hereditária constituíam a base militar e financeira mais importante até mesmo para o poder do rei.** Luís VI não escapou a esta lógica por questão de sobrevivência, não imaginava que estava dando os primeiros passos para criação do Estado moderno, agiu sob a compulsão direta da situação em que se encontrava, que exigia não perder o controle das comunicações entre partes de seu próprio território, e subjugar as famílias mais poderosas para que não sumisse seu poder na região. Se os Capeto não tivessem conseguido a preponderância em França, cedo ou tarde, ela teria passado a outra Casa.

Quando uma Casa conseguia a preponderância numa região, a luta pela hegemonia passava para um plano maior, disputava-se uma área maior, e assim sucessivamente até a luta entre os poucos maiores senhores do território pela predominância dentro do reino.

O autor conclui esta primeira parte expondo, de forma simplificada, o mecanismo que gerou a hegemonia: o processo de acumulação de propriedades, numa época em que quem tinha terras, tinha poder político, econômico e militar, estando esses, portanto, concentrados numa Casa, diferentemente de hoje em dia quando nos deparamos com cenários onde esses poderes estão separados.

## II. Digressão sobre Algumas Diferenças nas Trajetórias de Desenvolvimento da Inglaterra, França e Germânia



Inglaterra:

Relativa pequenez e a posição isolada da área a ser unificada. Era bem menor a probabilidade de uma grande diferenciação regional, e mais simples a luta pela supremacia entre dois governantes rivais do que entre as muitas facções do Império. O parlamento inglês, no que interessava a seu modo de formação e, por conseguinte, a sua estrutura, de maneira alguma se podia comparar à Dieta Imperial Germânica, mas apenas aos estados regionais. Quase a mesma coisa se aplica a todas as demais instituições. Elas cresceram, tal como a própria Inglaterra, de dimensões menores para maiores. Já as instituições dos territórios feudais evoluíram continuamente e se transformaram nas do Estado e do Império.

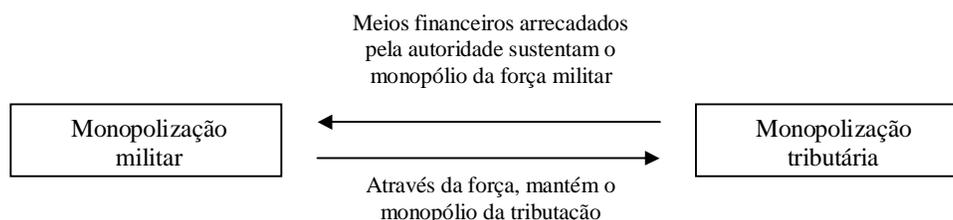
França: A área remanescente do Império Franco do Ocidente, a base do que seria a futura França, ocupava aproximadamente uma posição intermediária, no que dizia respeito à extensão, entre o que se transformaria na Inglaterra e o Império Romano-Germânico. **As divergências regionais, e, conseqüentemente, as forças centrífugas, eram menores nela do que no Império vizinho;** foi, por conseguinte, menos árdua a tarefa do potencial suserano. **As divergências e forças centrífugas foram, porém, maiores do que na ilha britânica.** Na Inglaterra, a própria exiguidade do território facilitou, em certas circunstâncias, a aliança dos diferentes estados e, acima de tudo, dos guerreiros de todo o território *contra* o suserano. Além disso, a distribuição de terras feita por Guilherme, o Conquistador, facilitou os contatos e promoveu interesses que eram comuns a toda a classe dona de terras pela inteira Inglaterra, pelo menos no que interessava às relações com o suserano. Resta demonstrar como um certo grau de fragmentação e separação num domínio, não o suficiente para permitir a desintegração, mas o bastante para tornar difíceis alianças diretas dos estados no país como um todo, fortalece a posição do suserano. As possibilidades, portanto, oferecidas pela antiga região franca ocidental em termos de tamanho não foram desfavoráveis ao aparecimento de um suserano e à formação do poder monopolista.

### III. Sobre o Mecanismo Monopolista

#### Tipos principais de monopolização

- ☞ **Militar:** o livre emprego de armas militares é vedado ao indivíduo e reservado a uma autoridade central, qualquer que seja seu tipo;
- ☞ **Tributária-econômica:** a tributação da propriedade ou renda de pessoas concentra-se nas mãos de uma autoridade central.

#### Relação de interdependência entre os tipos principais de monopólio:



#### Fator que permitiu a estrutura monopolista:

- ☞ **Desenvolvimento da BUROCRACIA:** só depois que surge a burocracia (máquina duradoura, especializada, para administração do monopólio) é que o controle sobre o exército e a tributação assumem seu pleno caráter monopolista.

“Só nessa ocasião está firmemente estabelecido o controle militar e fiscal. **A partir desse momento, os conflitos sociais não dizem mais respeito à eliminação do governo monopolista, mas apenas à questão de quem deve controlá-lo, em que meio seus quadros devem ser recrutados e como devem ser distribuídos os ônus e benefícios do monopólio.** Apenas quando surge esse monopólio permanente da autoridade central, e o aparelho especializado para administração, é que esses domínios assumem o caráter de Estados.”

#### Surgimento e desenvolvimento estrutura monopolista

- ☞ Na sociedade dos séculos IX, X e XI, ela não existia, começando a se cristalizar a partir do século XI no território do antigo Império Franco do Ocidente.

“No início, **cada guerreiro que controla uma gleba de terra exerce todas as funções de governo.** Mais tarde, elas são gradualmente monopolizadas por um suserano, cujo poder é **administrado por especialistas.** Quando bem entende, inicia guerras para conquistar novas terras ou defender as suas. A aquisição de terras e as funções governamentais que lhe acompanham a posse pertencem, como também a defesa militar, à **iniciativa privada.** E uma vez que, com o aumento da população, a fome de terras se torna extremamente forte, a competição por elas se torna acirrada em todo o país. Nessa competição, são utilizados **meios militares e econômicos.**”

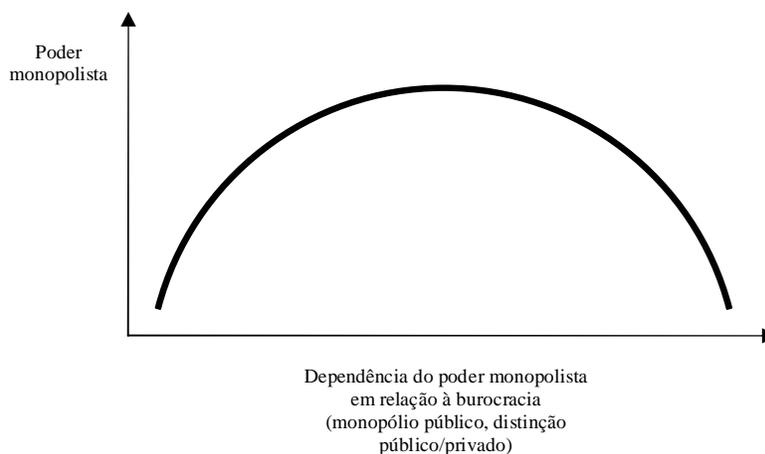
- ☞ **Mecanismo da formação de monopólios:** dentro de uma grande unidade social, **as unidades sociais menores**, que a compõem e que são de poder social aproximadamente igual, **competem livremente** pelos meios do poder, principalmente **pelos meios de subsistência e produção.** Neste contexto, é **alta a probabilidade de que** algumas sejam vitoriosas e outras derrotadas e de que, gradualmente, **um número sempre menor de indivíduos controle um número sempre maior de oportunidades**, e unidades em número cada vez maior sejam eliminadas da competição, tornando-se, direta ou

indiretamente, dependentes de um número cada vez menor. A **configuração humana** capturada nesse movimento **aproximar-se-á**, a menos que sejam tomadas medidas compensatórias, **de um Estado** em que **todas as oportunidades são controladas por uma única autoridade**.

## A ampliação do poder da burocracia e a distinção Público x Privado

*“Todos os monopólios tendem, a partir de certo grau de acumulação, a escapar do controle de um único indivíduo e passar para o de grupos sociais completos.”*

- ☞ **Dependência do Rei em relação à burocracia:** quanto mais abrangente o potencial de poder monopolizado, maior a rede de funcionários que o administra e maior a divisão do trabalho entre eles; isto é, quanto maior o número de pessoas de cujo trabalho ou função o monopólio depende de qualquer maneira, mais fortemente esse campo controlado pelo monopolista faz valer seu próprio peso e suas regularidades internas.



- ☞ **Economia nacional:** desenvolveu-se a partir da economia privada das Casas feudais governantes. Não havia no princípio distinção entre as rendas e despesas públicas e privadas. À medida que a dependência do Rei aumenta em relação à burocracia as rendas e despesas públicas separam-se das privadas:

↑propriedades → ↑aparato administrativo (custos) → ↑dependência do monopolista → transformação do monopolista em funcionário do Estado (separação público/privado → orçamento).

- ☞ Mesmo quadro emerge se estudamos a formação da **máquina governamental** como um todo. Ela surgiu a partir do que poderíamos chamar de corte privada, e de administração dos domínios de reis ou príncipes. Praticamente todos os órgãos do governo do Estado resultaram da diferenciação das funções da Família Real, ocasionalmente com a incorporação de órgãos autônomos de administração local. Quando essa máquina governamental finalmente se transformou no conjunto de assuntos públicos do Estado, a família do suserano passou a ser, no máximo, um órgão entre outros e, no fim, quase nem mesmo isso.

### **HIPÓTESE GERAL SOBRE RELAÇÃO PÚBLICO X PRIVADO (válida também para o jurídico)**

A teia humana (sociedades), dada sua divisão de funções sempre maior, manifesta uma **tendência inerente a se opor crescentemente a toda monopolização privada de recursos**. A tendência dos monopólios, como, por exemplo, da força ou da tributação, a se transformarem de monopólios privados em públicos, ou estatais, nada mais é do que uma função da interdependência social. A teia humana, com sua elevada e crescente divisão de funções, é impelida por seu próprio peso coletivo para um **estado de equilíbrio** em que se torna impossível a distribuição das vantagens e renda das oportunidades monopolizadas em favor de uns poucos.

### **Estrutura do processo de formação do monopólio e relação público/privado:**

A livre competição (função positiva) → formação do monopólio (fechamento do acesso direto a certos recursos para números crescentes de pessoas e progressiva centralização do controle sobre esses recursos) → briga entre os dependentes pelos recursos distribuídos pelo monopolista, esse beneficiará aquele que melhor lhe convém (não é mais o mais forte que ficará com os recursos. A livre competição é substituída por outra, controlada por agentes humanos situados numa posição central; e as qualidades que asseguram sucesso nessa competição restrita, a seleção que ela promove, os tipos humanos que produz, diferem profundamente do que havia na fase precedente, de livre competição) → cresce a dependência do monopolista em relação aos seus “dependentes” → a burguesia conquista os monopólios da força física e da tributação, juntamente com todos os demais monopólios governamentais que nele se baseiam.

### **A burguesia na fase de conquista dos monopólios**

- ☞ A burguesia controla certas oportunidades econômicas à maneira de um monopólio organizado;
- ☞ Oportunidades são uniformemente espalhadas entre seus membros, um número relativamente grande deles ainda pode competir livremente.
- ☞ Na disputa com os príncipes, não visa a destruição do governo monopolista, nem a sua substituição.
- ☞ Objetivo dos burgueses na luta pelo governo monopolista não é a divisão dos monopólios existentes, mas uma nova distribuição de seus custos e benefícios.<sup>1</sup>

### **Burocracia, planejamento, democracia e a vitória do público sobre o privado**

- ☞ **Avanço em direção à democracia:** quando as oportunidades proporcionadas pelo monopólio passam a ser distribuídas cada vez menos segundo o favor pessoal e no interesse de indivíduos, e cada vez mais de conformidade com um plano mais impessoal e exato, no interesse de muitos associados interdependentes e, finalmente, no interesse de toda uma configuração humana interdependente.
- ☞ **Surgimento da democracia e monopólio:** “Graças à centralização e à monopolização, oportunidades que antes tinham que ser conquistadas por indivíduos com emprego da força militar ou econômica tornam-se passíveis de planejamento. A partir de certo ponto, a luta pelos monopólios não visa mais à sua destruição. É uma luta pelo controle do que eles produzem, por um plano de acordo

---

<sup>1</sup> A burguesia sabe que a existência de uma coleta de impostos monopolizada e de um monopólio na aplicação da violência física constitui a base de sua própria existência social: é a precondição para restringir-se a livre competição a meios econômicos, não-violentos, concorrendo eles entre si por certas oportunidades econômicas.

com o qual seus ônus e benefícios sejam mais divididos, numa palavra, pelas chaves para a distribuição. A distribuição em si, a tarefa do governante monopolista e da administração, passa, assim, de uma função relativamente privada para pública. Sua dependência de todas as demais funções da rede humana interdependente emerge cada vez mais claramente numa forma organizacional. Em toda essa estrutura, os funcionários mais importantes são, como todos os demais, dependentes. Instituições permanentes para controlá-los são formadas por maior ou menor proporção de pessoas dependentes da máquina monopolista. O controle do monopólio, o preenchimento de suas posições decisivas, não é mais decidido pelas vicissitudes da “livre” competição, mas por provas de eliminação que se repetem, sem uso de armas, e que são reguladas pela máquina e, assim, pela competição “não-livre”. Em outras palavras, forma-se o que estamos acostumados a chamar de **‘regime democrático’**. **Esse tipo de regime não é incompatível com monopólios, nem depende para sua existência da competição a mais livre possível. Muito ao contrário: pressupõe monopólios altamente organizados e só pode surgir ou sobreviver em certas circunstâncias, numa estrutura social muito específica e num estágio bem avançado de formação de monopólios.’**”

## Resumo

☞ Duas fases principais podem se distinguir na dinâmica do mecanismo do monopólio:

- 1) **Fase da formação do monopólio:** o estágio da livre competição ou de provas eliminatórias, tendendo os recursos a se acumularem num número cada vez menor de mãos e, finalmente, em apenas duas mãos;
- 2) **Fase em que o monopólio “privado” torna-se “público”:** a etapa em que o controle dos recursos centralizados e monopolizados tende a passar de um indivíduo para números sempre maiores até tornar-se função da rede humana interdependente como um todo.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Sinais da segunda fase são observados até mesmo em sociedades em que é relativamente baixa a divisão de funções. Mas, evidentemente, ela só pode atingir pleno desenvolvimento naquelas com uma divisão de funções elevada e em permanente expansão.